

## UNIVERSIDADE E ESCOLA: EM BUSCA DE UM DIÁLOGO

Maria Gerlaine Belchior Amaral<sup>1</sup>

### RESUMO

A socialização do saber é uma temática contemporânea presente no debate acadêmico em âmbito local, nacional e internacional. Os achados do campo científico são subsídios incomensuráveis para subsidiar a formação dos professores e, por conseguinte a melhorar o padrão de qualidade do ensino. Ciente de tal realidade este trabalho traz para o âmbito acadêmico a discussão acerca da necessidade de que seja intensificada a interlocução entre a universidade e a escola. Metodologia: foi realizado um levantamento bibliográfico com aporte teórico nos seguintes autores: Sousa (2008), Marcondes (2006), Carvalho (2004), Garcia (2001), Loiola (1991), entre outros. Também foi realizada a consulta e análise dos seguintes documentos: *Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades*; *Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento*. Quanto aos resultados, no campo educacional é possível afirmar que por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações os professores da Educação Básica podem ter acesso aos conhecimentos produzidos no âmbito da pós-graduação brasileira e melhorar de modo substancial sua formação docente. Assim, as práticas educativas têm maiores possibilidades de serem aprimoradas à luz do conhecimento científico.

**Palavras-chave:** Universidade, Escola, Formação, Socialização.

### INTRODUÇÃO

A socialização do saber científico é uma temática contemporânea presente no debate acadêmico em âmbito local, nacional e internacional. Os achados do campo científico são subsídios incomensuráveis para subsidiar a formação dos professores e, por conseguinte melhorar o padrão de qualidade do ensino. Ciente de tal realidade este trabalho traz para o âmbito acadêmico a discussão acerca da necessidade de que seja pensada a interlocução entre o saber produzido no interior da universidade e a escola.

Para fins de contextualização do objeto focalizado neste estudo, pontuamos que o movimento pela socialização do saber científico, em escala mundial, é algo recente. Remonta aos decênios de 1970 e 1980. O alto valor financeiro para custear de forma impressa a publicação das pesquisas desenvolvidas pela universidade desencadeou um movimento em diversos países, denominado *Crise dos Periódicos*. Esse movimento refletia a inquietação daqueles que entendiam que os achados da pesquisa científica deviam se tornar um bem de domínio público. Tal movimento espalhou-se por diversos países, inclusive pelo Brasil.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação Brasileira. Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, gerlaine.ufcg@yahoo.com.br

No que diz respeito à socialização do saber, o Brasil tem demonstrado avanços. Na perspectiva de viabilizar a concretude do acesso massivo ao conhecimento científico o Poder Público, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia, criou um órgão que é referência nacional nesta área. Este órgão é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com a função precípua de promover o acesso livre ao conhecimento. O IBICT foi Fundado no dia 04 de março de 1954 a partir do antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), o Ibiict é um órgão público federal da administração direta pertencente à estrutura de unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). [...] Hoje, o Ibiict tornou-se referência em projetos voltados ao movimento do acesso livre ao conhecimento. (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2010, p. 1).

Cabe registrar que o IBICT tem por missão promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico. É oportuno destacar a significativa relevância desse órgão no campo da socialização do saber, por ser um organismo federal criado com a função explícita de, entre outras coisas, socializar o conhecimento científico.

Convém pontuar que o IBICT foi criado em 1954, entretanto, deste período até os dias atuais a sociedade passou por transformações profundas em diferentes áreas. Assim, este texto tem por objetivo apontar avanços alcançados no campo da socialização do conhecimento científico, bem como, identificar lacunas que ainda necessitam ser supridas.

## **METODOLOGIA**

Para aprofundar conhecimentos no âmbito da socialização do saber científico, foi realizado um levantamento bibliográfico com aporte teórico nos seguintes autores: Sousa (2008), Marcondes (2006), Carvalho (2004), Garcia (2001), Loiola (1991), entre outros. Também foi realizada a consulta e análise dos seguintes documentos: *Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades*; *Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento*.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A este trabalho interessa destacar as transformações ocorridas no campo das comunicações, pois a socialização do saber está diretamente ligada a tal fenômeno. Com efeito, é imperioso destacar que o desenvolvimento científico e tecnológico alcançado nos tempos hodiernos mudou de forma absolutamente radical a maneira de o mundo moderno se comunicar.

A tecnologia objetivada na informatização criou diversificadas possibilidades de comunicação intercontinental que revolucionou todo o desenho societal contemporâneo. A manifestação mais expressiva deste novo cenário comunicacional é a internet. Este extraordinário meio de comunicação consiste numa “Rede de computadores de abrangência mundial que interliga os mais diferentes sistemas computacionais e redes e que possibilita [...] a troca de dados entre eles.” (MARCONDES, 2006, p. 19). A potencialidade comunicativa dessa rede mundial de computadores interligados não conhece fronteiras. A internet elimina as barreiras geográficas e permite que uma mesma informação seja disponibilizada simultaneamente em todas as partes do mundo onde a tecnologia computacional se faça presente. Essa é uma revolução no âmbito comunicacional tão extraordinária que era impensada aos sujeitos que nas décadas de 1970/80 desencadearam o movimento denominado “crise dos periódicos”. Tal revolução, entretanto, é uma realidade. Esse novo contexto, de uso, em larga escala, da microeletrônica, microinformática e comunicação via satélite, e, mais recente, a nanotecnologia, permite que novas formas de acessibilidade à informação científica possam ser pensadas e viabilizadas.

Essas inovações tecnológicas presentes no mundo contemporâneo são incorporadas pelo IBICT. Desse modo, no ano de 1995, o Ministério da Ciência e Tecnologia inaugurou o portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Este portal é um meio deveras eficaz de potencializar a socialização do saber. Podemos assegurar que esta forma de socialização do saber via internet é um empreendimento de uma magnitude tão extraordinária, no âmbito da comunicação rápida e abrangente, que não pode ser comparado a qualquer outro precedente na história das sociedades.

Ressaltamos mais uma vez que o empenho em mobilizar esforços e investimentos para comunicar à sociedade o saber científico não é uma ação isolada da nação brasileira, ao contrário, as ações em âmbito nacional, eram (e são ainda hoje) parte de um movimento em escala mundial. No início do século XXI, o movimento surgido no meio social em prol da socialização do saber científico são os chamados *open archives*. O marco inicial de ingresso do Brasil nesse processo abrangente de socialização do saber científico é a instalação, pelo IBICT, do projeto de arquivos abertos, que aconteceu em novembro de 2001, o qual tinha por objetivo “[...] oferecer à comunidade científica uma alternativa de comunicação de textos acadêmicos, científicos e tecnológicos via ambiente web.” (MARCONDES, 2006, p. 34). Segundo Marcondes (2006, p. 34), a iniciativa de *open archives* constitui um marco na história do desenvolvimento da comunicação científica. Para esse autor,

O arquivo aberto do Ibict, denominado Diálogo Científico(Dici), [...] representa o anseio da comunidade científica em formar um fórum aberto para aprimorar o desempenho do atual modelo de comunicação científica. Ele também objetiva formar um repositório de informações que disponibilize na web, de forma pública e gratuita, as contribuições submetidas diretamente pelos autores. Pretende-se, assim, acelerar o processo da divulgação dos resultados das pesquisas. (MARCONDES, 2006, p. 34, grifo nosso).

Como é de domínio público, a velocidade própria da tecnologia faz com que muitas inovações sejam superadas rapidamente. No âmbito da socialização do saber científico isso aconteceu no IBICT que, neste cenário contemporâneo de novas tecnologias de comunicação e informação, inaugurou em 2001 um portal aberto à comunidade científica e, no ano seguinte, inaugurou algo bem mais abrangente, uma Biblioteca Virtual de domínio público. Trata-se da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), um instrumento funcional do IBICT para democratizar o saber produzido nas universidades brasileiras. Este acervo eletrônico tem por objetivo Integrar, em um só portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país, assim como disponibilizar em todo o mundo, via Internet, o catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral, também acessível via Networked Digital Library of Theses and Dissertation (NDLTD). O portal tem como proposta, além de disponibilizar gradativamente, para consulta ou *download*, a produção nacional de teses e dissertações, oferecer aos usuários produtos e serviços integrados capazes de proporcionar aumento significativo ao impacto de suas pesquisas. (UABITAMARAJU, 2009).

Um dado para nós é gratificante: o Brasil ocupa posição privilegiada no campo da socialização do saber científico, possuindo a 2ª maior Biblioteca Digital do mundo, e é a 5ª nação mundial em número de repositório. Conforme mencionado anteriormente, a socialização do saber é uma temática contemporânea presente no debate acadêmico em âmbito local, nacional e internacional. Convém registrar o fato de que, no ano de 2003, diversos países se reuniram num evento internacional, em Berlim, promovendo um diálogo aberto acerca dessa temática. Desse evento, resultou um documento oficial do qual o Brasil é signatário. Trata-se da *Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades*<sup>6</sup>, a qual foi assinada em 22/10/2003. De acordo com esse documento,

A Internet transformou radicalmente as realidades práticas e económicas da difusão do conhecimento científico e do património cultural. Pela primeira vez na história, a Internet oferece-nos a possibilidade de constituir uma representação global e interactiva do conhecimento humano, incluindo o património cultural, e a garantia de acesso mundial. (DECLARAÇÃO DE BERLIM, 2003 p. 1).

Ante essa nova realidade possibilitada pelo avanço tecnológico, desencadeada pela internet, diversos países, dentre eles o Brasil, registraram nesse documento suas intenções e posicionamentos em relação à socialização do saber científico,

Nós, os signatários, sentimo-nos obrigados a responder aos desafios da Internet como o meio funcional emergente de difusão do conhecimento. De acordo com o espírito da *Declaration of the Budapest Open Access Initiative*, da *ECHO Charter* e da *Bethesda Statement on Open Access Publishing*, redigimos esta Declaração para promover a Internet como o instrumento funcional a serviço de uma base de conhecimento científico global e do pensamento humano. (DECLARAÇÃO DE BERLIM, 2003, p. 1).

Do referido evento, foram elaborados e documentados os seguintes encaminhamentos:

- a nossa missão de disseminar o conhecimento estará incompleta se a informação não for tornada rapidamente acessível e em larga escala à sociedade. Novas possibilidades de difusão do conhecimento, não apenas através do método clássico, mas também, e cada vez mais, através do paradigma do acesso livre via Internet devem ser apoiadas. Nós definimos o acesso livre como uma fonte universal do conhecimento humano e do património cultural que foi aprovada pela comunidade científica.
- para concretizar esta visão de uma representação global e acessível do conhecimento, a Web do futuro tem de ser sustentável, interactiva e transparente. Conteúdos e ferramentas de software devem ser livremente acessíveis e compatíveis. (DECLARAÇÃO DE BERLIM, 2003, p. 1).

Ressaltamos que todos os fatos históricos são datados trazendo em seu cerne os traços da sociedade na qual está imerso, no tempo e no espaço em que ocorrem. Com efeito, a leitura social da Declaração de Berlim traz explícita a nova era vivida pela humanidade no que diz respeito à socialização do saber científico. Na leitura da referida Declaração, é possível identificar o incontestável avanço dos meios convencionais de socialização do saber, e, conforme escrito textualmente, “[...] vislumbrar a internet como o instrumento funcional a serviço de uma base de conhecimento científico global.”

Dando prosseguimento ao debate acerca da socialização do saber foi realizado mais um evento, desta vez sediado no Brasil. Este, de carácter internacional, aconteceu em setembro de 2005 na cidade de Salvador. Foi denominado *International Seminar on Open Access* e ratifica a concepção da imperiosa necessidade de acesso democrático ao saber científico. Neste, foi assinada a *Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento*. Esse documento estabelece que O Acesso Aberto significa acesso e uso irrestrito da informação científica. O Acesso Aberto promove a equidade. Historicamente, a circulação da informação científica nos países em desenvolvimento tem sido limitada por inúmeras barreiras incluindo modelos econômicos, infraestrutura, políticas, idioma e cultura. (DECLARAÇÃO DE SALVADOR, 2005, p.1).

Mediante esse entendimento de que o acesso aberto é um princípio necessário à equidade, este passa a ser defendido como um direito universal. Vejamos o que registra esse trecho da Declaração de Salvador (2005, p.1),

Conseqüentemente, NÓS, os participantes do *International Seminar on Open Access* concordamos que:

1. A pesquisa científica e tecnológica é essencial para o desenvolvimento social e econômico.
3. Em uma perspectiva mais ampla, o Acesso Aberto favorece a educação e o uso da informação científica pelo público.
4. Em um mundo crescentemente globalizado, no qual a ciência proclama ser universal, a exclusão do acesso à informação é inaceitável. É importante que o acesso seja considerado um direito universal, independente de qualquer região geográfica.



Além de explicitar formalmente e justificar a relevância social do Acesso Aberto à informação científica ao público em geral, o documento propõe ações governamentais, que deverão ser efetivadas mediante as políticas públicas de pesquisas, conforme descrito a seguir:

Instamos que os governos dêem alta prioridade ao Acesso Aberto nas políticas científicas incluindo:

- a exigência de que a pesquisa financiada com recursos públicos seja disponibilizada através de Acesso Aberto;
- a inclusão do custo da publicação como parte do custo de pesquisa;
- o fortalecimento dos periódicos nacionais de Acesso Aberto, de repositórios e de outras iniciativas pertinentes;
- a promoção da integração da informação científica dos países em desenvolvimento no escopo mundial do conhecimento.

Conclamamos a todos os parceiros da comunidade internacional para conjuntamente assegurar que a informação científica seja de livre acesso e disponível para todos e para sempre. (DECLARAÇÃO DE SALVADOR, 2005, p. 1).

Outrossim, essas preocupações acerca do Acesso Aberto à informação científica perpassam as diversas áreas do conhecimento. Esta investigação pretende aprofundar a reflexão sobre como tal inquietação está presente entre os pesquisadores no âmbito da educação.

A Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPED) já manifestou preocupação com o destino das produções acadêmicas na área educacional. Parte dessas preocupações está registrada no livro *Para quem pesquisamos para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais*. Durante as sistemáticas reuniões anuais da ANPED, realizam-se colóquios internacionais, objetivando discutir temas em comum. Consoante Garcia (2001) informa, nesses colóquios, pesquisadores em educação se reúnem promovendo um diálogo aberto e profundo para discutir o sentido e o destino da pesquisa acadêmica. A autora expõe os objetivos almejados,

Neles tentamos fazer discussões que pretendem ir sempre além de mera denúncia [...]. Os Colóquios CLACSO/ANPED são uma oportunidade para pensar nossa prática de pesquisa, nossos temas em comum e, assim, avançar na formulação de ideias e alternativas que nos ajude a pensar e construir uma escola e uma sociedade onde o direito à educação seja mais que uma formal promessa. (GARCIA, 2001, p. 9).

Conforme expresso pela autora, a discussão acerca da prática da pesquisa pretende ultrapassar o campo da análise e avançar para outro patamar, que é a busca de alternativas. A expectativa expressa em seus escritos é de melhoria do processo de escolarização. A preocupação evidenciada por Garcia (2001), de que o direito à educação seja mais do que uma formal promessa, nos instiga a unir esforços em prol da construção de uma escola que ofereça um ensino com melhor padrão de qualidade aos filhos da classe trabalhadora. Por outras palavras, é uma luta pela transformação das práticas pedagógicas de

“ocupação dos educandos” em práticas pedagógicas norteadas pelo princípio da qualidade, conforme estabelece a LDB em seu Art. 3º, Inciso IX. Ainda se referindo aos objetivos dos colóquios, vejamos o que diz a autora,

[...] Nesses colóquios têm-se procurado mostrar, através de experiências localizadas, que uma outra escola, em todos os seus níveis, é possível. E que essa escola está em construção, tanto nas propostas de governos locais democráticos e populares, quanto nas lutas dos movimentos sociais, e na atuação de instituições ou grupos de pesquisadores e pesquisadoras que não se subordinam à cultura do desencanto. (GARCIA, 2001, p. 9).

Esse objetivo está em consonância com as preocupações manifestas nesta investigação. A primeira delas é a afirmação de que “outra escola é possível”. A constituição dessa “outra escola” passa necessariamente pela adoção de medidas de cunho político, econômico e pedagógico. Ressalte-se, porém, que, nas medidas de cunho pedagógico, uma questão fundamental é o conhecimento científico de como encaminhar e/ou resolver os desafios manifestos na sala de aula. Outro elemento presente na fala da autora, e que merece destaque, é o fato de “que essa escola está em construção”. Esse caráter de inacabamento, de processo, de construção justifica que o debate em torno da melhoria do ensino na escola pública permaneça e se fortaleça em todos os âmbitos, quer seja pelo desenvolvimento da pesquisa acadêmica, quer seja pela busca de mais financiamento, pela elaboração de leis e também por meio de mudanças nas práticas pedagógicas. O último elemento a ser comentado é a “[...] atuação de instituições ou grupos de pesquisadores e pesquisadoras que não se subordinam à cultura do desencanto”. Esta investigação é expressão concreta de inquietações pessoais, como pesquisadora e profissional que trabalha com a formação de professores e que reconhece os desafios inerentes à escola, mas acredita na ação transformadora daqueles que não se curvam às investidas do sistema capitalista.

Reiteramos a noção de que a realização desta pesquisa que busca fortalecer a religião do saber científico ao saber de experiência dos docentes que atuam na escola pública é uma ação somada a outras na constante busca de aprimoramento do trabalho docente na Educação Básica; aprimoramento que tem no conhecimento um fator preponderante. Referindo-se ao conhecimento no mundo contemporâneo, Carvalho (2004, p.104-105, grifo nosso) argumenta ser algo que

[...] se acumula, cresce e fermenta, se altera e se estraga, funde e bifurca em uma rede mista, impura, fervente [...], o conhecimento vem sendo apontado como o recurso estratégico do mundo contemporâneo. Essa configuração trouxe à tona, a partir da segunda metade do século XX, um novo padrão social, técnico e econômico, no qual as atividades humanas passaram a estar centradas e organizadas em torno de atividades que envolvem a produção, recuperação e uso da informação e do conhecimento [...].

Ante o exposto, é possível inferir que o conhecimento é o recurso estratégico para a sociedade contemporânea de modo geral; de forma particular, para a educação também. Sendo assim, entendemos que o conhecimento científico produzido pela pesquisa na Pós-Graduação em educação é também um

recurso que pode vir a contribuir para melhorar as práticas curriculares desenvolvidas na escola de Educação Básica.

As agências nacionais CAPES e CNPq estão imbricadas por emblemáticas questões da produção e socialização da pesquisa científica na contemporaneidade. Iniciemos esta reflexão conhecendo alguns momentos históricos vividos pela CAPES em sua trajetória. A Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (a atual CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo inicial de "Assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país." (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2006a, p. 1).

Como não poderia ser diferente, ao longo da história, a CAPES foi passando por alterações e intervenções decorrentes da política adotada pelo Estado brasileiro. Tal situação é muito transparente quando, no ano de 1961, a CAPES ficou subordinada diretamente à Presidência da República.

No ano de 1970, foram instituídos os centros regionais de pós-graduação. A criação destes centros vai fortalecer a CAPES que, em julho de 1974, tem sua estrutura alterada pelo Decreto 74.299 e seu estatuto passa a ser órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira. Ainda na década de 1970 a política nacional de pós-graduação ganha força e com isso, a CAPES é cada vez mais fortalecida. No ano de 1981, é reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu* por via do Decreto nº 86.791. É também reconhecida como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. Tais atribuições lhe conferiram novo *status* junto à universidade.

Como já mencionado, a CAPES acompanha o movimento próprio da política vigente no País. Um fato que retratou isso foi a sua extinção pelo governo Collor por via da Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990. Este fato desencadeou intensa mobilização social. As pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das universidades mobilizaram a opinião acadêmica e científica. Tal mobilização teve grande repercussão nacional, conseguindo inclusive, o apoio do Ministério da Educação. Desse modo, conseguiram reverter a Medida Provisória, pois ainda seria apreciada pelo Congresso Nacional. Em 12 de abril de 1990, a CAPES é recriada pela Lei nº 8.028. Com a nova mudança de governo, em 1995, a CAPES passa por uma reestruturação, fortalecida como instituição responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação *strictu sensu* brasileiros. Nesse processo, é relevante reconhecer o papel desempenhado pela instituição na consolidação da pós-graduação brasileira.

No despontar do século XXI, as exigências sociais contemporâneas induzem a mudanças na Capes. A Lei no 11.502/2007 cria a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro, também passa a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, a qual tem nova missão,



A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2006a, p. 1).

Na perspectiva de cumprir a missão que lhe é conferida na atualidade, a CAPES desenvolve um conjunto de atividades que podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação:

avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no País e no Exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica nos formatos presencial e a distância. Particularmente, no que se refere à avaliação da Pós-Graduação, a CAPES entende que O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios). (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2006a, p. 1).

Trazemos a seguir ações desenvolvidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2006a, p. 1) no que concerne ao processo de socialização da produção científica, haja vista ser este o núcleo central desta pesquisa: A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é o órgão do Ministério da Educação responsável pela avaliação dos programas brasileiros de pós-graduação. Sua primeira iniciativa na área da informação digital foi a criação, em novembro de 2000, do portal da Capes [URL: <http://www.periodicos.capes.gov.br>], que oferece acesso a diversos sistemas europeus e norte-americanos de periódicos eletrônicos.

E ainda,

Como parte de suas atividades na área de pós-graduação, a Capes, ao longo dos anos, acumulou uma base de dados sobre teses e dissertações. Essa base de dados, disponibilizada em linha em junho de 2002 [URL: <http://www.capes.gov.br/Scripts/index.idc?pagina=/servicos/indicador/es/TesesDissertacoes.htm>], contém 185.000 registros de teses defendidas no Brasil a partir de 1987. É uma base de dados que não inclui acesso ao texto completo, informando, porém, o endereço das bibliotecas depositárias onde o documento está disponível. (MARCONDES, 2006, p. 37-38).

Em meados de 2004, a CAPES modificou significativamente sua forma de disponibilizar os textos científicos. A base de dados que oferecia apenas a informação de onde estavam depositadas as teses e dissertações passou a oferecer o acesso ao texto completo de teses e dissertações, inicialmente na área de História. Posteriormente, ampliou esse acesso para outras áreas, vindo a abranger todas as áreas no ano de 2006. É relevante destacar o fato de que, no período que antecede o ano de 2006, havia, por parte da CAPES, apenas um processo de sensibilização aos alunos de pós-graduação que

disponibilizassem por via eletrônica os conhecimentos oriundos da pesquisa científica produzidos nos cursos de mestrado e doutorado. Conforme o item anterior, o documento denominado *Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento* incitava os gestores das universidades públicas na ideia de que a pesquisa científica, uma vez financiada com recursos públicos, fosse disponibilizada por meio de acesso aberto. As discussões no âmbito acadêmico e as orientações da Declaração de Salvador promovem modificações nas ações da CAPES, no que se refere à socialização do saber científico.

Avançando para outro patamar, além das estratégias de sensibilização, a CAPES instituiu a obrigatoriedade da inserção, na íntegra, das teses e dissertações defendidas pelos programas de pós-graduação, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tal normatização foi estabelecida na Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006.

A medida adotada pela CAPES, no plano da legalidade, exprime o rigor dessa imperiosa necessidade de socialização do saber oriundo da pesquisa científica. Para garantir que todas as pesquisas realizadas pela pós-graduação fossem de fato disponibilizadas via internet, a CAPES vinculou o reconhecimento dos programas de mestrado e doutorado à devolução, à sociedade, do saber produzido nas universidades. Vejamos, então, o que determina o Artigo 1º, da Portaria nº 13, Art. 1º Para fins do acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento, os programas de mestrado e doutorado deverão instalar e manter, até 31 de dezembro de 2006, arquivos digitais, acessíveis ao público por meio da Internet, para divulgação das dissertações e teses de final de curso. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2006b, p. 1).

Ainda em seu Art. 1º §2º, referida Portaria determina que *Os arquivos digitais disponibilizarão obrigatoriamente as teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006.*

Ratificando ainda mais o critério da acessibilidade, o Artigo 3º, da mesma Portaria, estabelece que, “no acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação serão ponderados o volume e a qualidade das teses e dissertações publicadas, além de dados confiáveis sobre a acessibilidade e possibilidade de download.” Essa determinação legal de obrigatoriedade de socialização do saber científico oriundo da pesquisa é reforçada no Art. 5º, o qual se dirigiu àqueles que de alguma forma obtiveram subsídios com verba pública. O dispositivo estabelece que O financiamento de trabalho com verba pública, sob forma de bolsa de estudo ou auxílio de qualquer natureza concedido ao Programa, induz à obrigação do mestre ou doutor apresentá-lo à sociedade que custeou a realização, aplicando-se a ele as disposições desta Portaria. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2006b, p. 2).

Essa Portaria da CAPES responde operacionalmente ao que fora proposto na Carta de Berlim, ao tornar acessível ao público em geral o conteúdo das teses e dissertações. De igual forma, atende ao proposto na Carta de Salvador de que trabalhos financiados com verba pública sejam dispostos à sociedade que os custeou.

No ano de 2010 esse cuidado com a socialização do saber é atualizado pela CAPES que, por meio do Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020), expressa a necessidade "[...] de fazer com que esses conhecimentos sejam colocados ao alcance dos cidadãos brasileiros de todos os recantos do país" [...]. (BRASIL, 2010, p.157). Esses conhecimentos a que o documento faz referência são os achados das pesquisas desenvolvidas pela pós-graduação brasileira.

Cabe registrar o fato de que a CAPES não é a única agência de fomento que se sobressai na política de pesquisa na atualidade. Papel de grande relevância é desempenhado, também, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma agência de fomento à pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Foi criado no ano de 1951. Ficou inicialmente subordinado à Presidência da República. Conforme consta em seus registros históricos, o então Conselho Nacional de Pesquisas foi criado para promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento. Desse modo, referido colegiado tem por atribuições primordiais fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores no contexto brasileiro. Convém ressaltar que a atuação dessa agência de fomento contribui de maneira significativa para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional.

Na década de 1990, o CNPq passou por uma fase de reestruturação, quando algumas de suas funções foram repassadas a outros órgãos. Desse modo, foi possível intensificar os esforços na atividade de fomento científico e tecnológico. Sua principal função nesse período era promover o desenvolvimento científico e tecnológico e executar pesquisas necessárias ao progresso social, econômico e cultural do País. É nesse contexto de reestruturação, ainda na década de 1990, que o CNPq cria instrumentos fundamentais para as atividades de fomento à pesquisa. Estes instrumentos são a Plataforma Lattes e o Diretório dos Grupos de Pesquisa. Com papel central na avaliação, acompanhamento e direcionamento para políticas e diretrizes de incentivo à pesquisa.

Na perspectiva do CNPq, a criação da Plataforma Lattes estabeleceu a adoção de um padrão nacional de currículos e resultou em maior transparência e mais confiabilidade às atividades de fomento da Agência. Em razão do grau de abrangência, as informações constantes da Plataforma Lattes podem ser utilizadas tanto no apoio às atividades da gestão, como no apoio à formulação de políticas para a área de Ciência e Tecnologia. Já os Diretórios dos Grupos de Pesquisa constituem-se em base de dados (censitárias e correntes) que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. Tem três finalidades principais: instrumento para o intercâmbio e a troca de informações; caráter censitário no auxílio de planejamento estratégico ao fomento; e, por fim, fazer base de dados importante papel na preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil. O CNPq, atualmente, é uma Fundação, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com a finalidade de apoiar e estimular a pesquisa brasileira, contribuindo diretamente para o desenvolvimento de pesquisas em áreas

estratégicas e para a formação de pesquisadores (mestres, doutores e especialistas em diversas áreas de conhecimento). O CNPq é, desde sua criação até hoje, uma das maiores e mais sólidas estruturas públicas de apoio à ciência, tecnologia e inovação (CT&I) dos países em desenvolvimento. De acordo com seu Regimento, o CNPq tem por missão “Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2012, p. 1).

Os investimentos feitos pelo CNPq são direcionados tanto para a formação e absorção de recursos humanos quanto para financiamento de projetos de pesquisa – que funcionam por meio de demanda espontânea (dos próprios pesquisadores) ou de demanda induzida (com financiamentos destinados via edital)<sup>9</sup> – que contribuem para o aumento da produção de conhecimento e da geração de oportunidades de crescimento para o País.

Ao concluir esse registro de informações acerca da CAPES e do CNPq, é imperativo registrar o fato de que tais agências de fomento à pesquisa, nesse momento histórico, estão submergidas no limite às pressões das políticas neoliberais, que são políticas explícitas de apoio ao processo de reestruturação do capital. Assim sendo, é possível antever, que não obstante a contribuição dessas agências à consolidação da Pós-Graduação brasileira, sua identidade (e atribuições) é impactada na contemporaneidade, como é também a própria universidade.

A problemática da socialização do saber foi objeto de estudo da investigação intitulada *Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil: o caso do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará* elegeu como objeto de estudo o Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED/UFC. A referida pesquisa foi realizada no período de julho de 1989 a dezembro de 1990 e foi desenvolvida pelo pesquisador Francisco Antônio Loiola que, à época, era um dos alunos vinculados ao Programa. Para discorrer acerca da socialização do saber no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC, tomamos esta pesquisa realizada por Loiola (1991) como parâmetro, ensejando identificar avanços e retrocessos no tocante a essa política. Loiola (1991, p. 39) assim descreve sua pesquisa: Trata-se de um estudo sobre a pesquisa e a Pós-Graduação em educação no Brasil, delimitando como “estudo de Caso” a análise da práxis pedagógico-científica do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará, tentando identificar e analisar sua natureza e amplitude, considerando os desafios educacionais postos pela realidade mais imediata, no caso o contexto do Estado do Ceará.

Da investigação em apreço, destacamos as inferências do autor no que concerne à socialização do saber na área da Educação. Nesse trabalho investigativo, Loiola (1991, p. 171) chegou às seguintes conclusões,

A taxa anual de dissertações do Mestrado, pode ser considerada satisfatória em relação à realidade nacional. Em que pese o impacto positivo desta constatação, a disseminação e a reapropriação dos resultados destes trabalhos deixa muito a desejar, mesmo considerando que “nem todas as pesquisas se destinam ao grande público ou amplas camadas da população” e que “a

relevância da pesquisa que não se mede apenas pelo número de pessoas atingidas”. [...] de fato a socialização mais ampla, extrapolando os muros da Faculdade de Educação da UFC é duvidosa.

Esse pesquisador constata que a produção científica do Mestrado em Educação não é socializada satisfatoriamente no meio social. Segundo Loiola (1991, p. 171),

Do ponto de vista da disseminação e reapropriação da produção científica do mestrado, seu efeito é evidentemente muito limitado. Ao acervo da Faculdade de Educação incorporam-se a cada ano, em média 6 dissertações. São estes títulos que constituem, supostamente, o que há de mais recente na bibliografia cearense no campo da educação; certamente que parte dessa produção alimenta os anais de congressos, encontros, seminários, etc.

Destacamos, inicialmente, o fato de que esse quadro expresso por Loiola foi totalmente transformado com a chegada das novas tecnologias da informação e da comunicação. O desenvolvimento tecnológico alcançado na contemporaneidade mudou radicalmente o cenário mundial, do ponto de vista do intercâmbio de informações. A universidade revolucionou a forma de comunicar ao mundo suas pesquisas. Nos tempos hodiernos, a academia socializa os resultados das pesquisas que desenvolve via internet. Estas, uma vez integradas à rede mundial de computadores, podem ser acessadas instantaneamente por qualquer pessoal em âmbito local, nacional e internacional. Esse novo desenho comunicacional demonstra a superação radical do que fora constatado na pesquisa desenvolvida por Loiola (1991, p. 172) quando anota: Do ponto de vista da disseminação e reapropriação da produção científica do Mestrado, seu efeito é evidentemente muito limitado [...] No entanto não existe pelo menos a luz da visibilidade pública outras iniciativas que se incorpora ao desafio de transformar esta situação.

As palavras do autor nos fazem pensar na revolução tecnológica que presenciamos na atualidade. Vejamos que só passaram 20 anos de quando ele escreveu “não existe pelo menos a luz da visibilidade pública outras iniciativas que se incorpora ao desafio de transformar esta situação”, isso porque, como os recursos para a publicação impressa eram escassos, não se podia vislumbrar outras formas para disseminação dos achados das pesquisas realizadas pelo Programa.

No contexto atual, o instrumento funcional de comunicação social da pesquisa acadêmica, não só do Programa da UFC, mas também de toda a pós-graduação brasileira, conforme já mencionado, é a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), na qual, por determinação legal, todas as teses e dissertações defendidas em instituições públicas devem ser postadas.

A Universidade Federal do Ceará é pioneira na incorporação desse novo desenho de acessibilidade à informação científica. Integrou-se ao projeto-piloto da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) em maio de 2003. No ano de 2012, essa Universidade conta com 63 programas de pós-graduação (são ofertados 98 cursos nas modalidades de Mestrado acadêmico, Mestrado profissional e Doutorado), que contribuem, de forma significativa, com suas pesquisas, para alimentar este eficiente sistema de informação, pesquisa e conhecimento, que é a Biblioteca Digital.

Entretanto, se nos interessa pensar o diálogo da universidade com a escola cabe-nos interrogar:



que meios a Universidade utiliza para socializar os achados da pesquisa da Pós-Graduação em Educação? Esses meios são acessíveis aos professores que atuam na escola de Educação Básica, na rede pública de ensino?

Quanto à primeira pergunta, as informações descritas anteriormente revelam que, institucionalmente, a Universidade socializa o conhecimento científico oriundo das pesquisas através da internet. Cabe-nos, agora, buscar elementos que respondam ao segundo questionamento.

Na dissertação de Mestrado intitulada *O trabalho docente no contexto das relações capitalistas de produção*, Sousa (2008), reportando-se ao Relatório Retratos da Escola III, registra que 48,3 dos professores não tinham acesso ao computador, assim como apenas 19% desses profissionais têm acesso à internet em casa. Esse dado nos permite inferir o distanciamento que está evidente entre o meio oficial que a Universidade utiliza para socializar os achados da pesquisa que desenvolve e os professores atuantes na escola pública. Identificamos assim um fosso entre a Universidade e a escola. De um lado, está a Universidade como instituição que, corretamente, se apropria instantaneamente dos avanços tecnológicos disponíveis socialmente. Do outro lado, estão os professores da escola pública que, submergidos nas questões econômicas, políticas e culturais, são expropriados de muitos bens sociais e culturais, dentre eles os saberes oriundos da pesquisa acadêmica, necessários ao aperfeiçoamento de suas práticas curriculares cotidianas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados aqui registrados revelam que estamos vivendo num momento de avanço científico tão impactante de modo que é impossível mensurar os desdobramentos dessa tecnologia comunicacional que conecta todos ao eliminar as barreiras geográficas. É a primeira vez na História da humanidade que o saber científico se torna um bem de domínio público. Isso é algo extraordinário que precisa ser melhor aproveitado pelo corpo docente da Educação Básica a fim de que possam levar o conhecimento científico para suas salas de aula, na perspectiva de melhorar o padrão de qualidade do ensino público brasileiro.

No campo educacional é possível afirmar que por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações os professores da Educação Básica podem ter acesso aos conhecimentos produzidos no âmbito da pós-graduação brasileira e melhorar de modo substancial sua formação docente. Assim, as práticas educativas têm maiores possibilidades de serem aprimoradas à luz do conhecimento científico.

## REFERÊNCIAS

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.  
**História e missão.** 2006a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.  
**Portaria nº 13**, de 15 de fevereiro de 2006b. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria\\_013\\_2006.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.  
**Qualis**. 2009. Disponível em: <[http://www.prppg.ufc.br/pibiti/index.php?option=com\\_content&view=article&id=56&Itemid=14](http://www.prppg.ufc.br/pibiti/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=14)>. Acesso em: 28 nov. 2018.

DECLARAÇÃO DE BERLIM SOBRE ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS E HUMANIDADES, 2003, Berlim. Versão portuguesa elaborada pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/declaracao-berlim.html>>. Acesso em: 27 jun. 2019

DECLARAÇÃO DE SALVADOR SOBRE ACESSO ABERTO: a perspectiva dos países em desenvolvimento, 2005, Salvador. 2005. Disponível em: <<http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>>. Acesso em: 27 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Ciência e tecnologia**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=Missão>>. Acesso em: 27 out. 2018.

MARCONDES, C. H. *et al.* (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. 2. ed. Salvador: EDUFBA; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006.